

Mulheres, economia solidária e cuidado: da invisibilização à produção de si

Mujeres, economía solidaria y cuidado: de la invisibilización a la producción de sí

Women, solidarity economy and care: from invisibilization to the production of self

Maria Izabel Machado*

mariaizabelmachado@ufg.br

Resumo: O presente artigo objetiva analisar a experiência de mulheres participantes de Clubes de Troca desde as contribuições das teorias de gênero. O processo de institucionalização da Economia Solidária, em suas faces política e teórica, priorizou empreendimentos cujo foco é a viabilidade econômica, subalternizando associações informais, em especial grupos de mulheres. As leituras comumente realizadas sobre essas práticas transitam entre pares dicotômicos de relevância e irrelevância que ignoram sujeitos e agências que não se enquadram nos parâmetros de viabilidade técnica. Propomos, portanto, a partir da genealogia e da noção de experiência aproximar dados empíricos coletados por meio de observação participante e entrevistas em profundidade, dos estudos do cuidado e suas contribuições na constituição de novas posições de sujeito. Entre os achados estão a dimensão comunitária do cuidado como o meio pelo qual as participantes dos clubes colocam em curso a agência de si e como recurso para o estabelecimento de proteções próximas.

Palavras-chave: economia solidária, mulheres, cuidado, experiência, agência.

Resumen: El presente artículo busca analizar la experiencia de mujeres que participan en los Clubes de Trueque a partir de las contribuciones de la teoría de género. El proceso de institucionalización de la Economía Solidaria, en sus aspectos políticos y teóricos, ha priorizado proyectos centrados en la viabilidad económica, subalternizando las asociaciones informales, especialmente los grupos de mujeres. Comúnmente, las lecturas sobre estas prácticas se mueven entre pares dicotómicos de relevancia e irrelevancia que ignoran sujetos y agencias que no se ajustan a los parámetros de viabilidad técnica. Por lo tanto, proponemos, a partir de la genealogía y la noción de experiencia, reunir datos empíricos recopilados a través de la observación participante y entrevistas en profundidad, los estudios de cuidado y sus contribuciones en la constitución de nuevas posiciones de sujeto. Entre los hallazgos se incluye la dimensión comunitaria del cuidado como el medio por el cual los participantes del Club crean su propia agencia y como un recurso para establecer protecciones cercanas.

Palabras clave: economía solidaria, mujeres, experiencia, cuidado, agencia.

Abstract: This article aims to analyze the experience of women participating in Exchange Clubs since the contributions of gender theories. The process of institutionalization of the Solidary Economy, in its political and theoretical aspects, prioritized enterprises whose focus is economic viability, subalternizing informal associations, especially women's groups. The commonly held readings of these practices pass between dichotomous pairs of relevance and irrelevance that ignore subjects and agencies that do not fit the parameters

* Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil.

of technical feasibility. We propose, therefore, from the genealogy and the notion of experience to approximate empirical data collected through participant observation and in-depth interviews, from the studies of care and their contributions in the constitution of new subject positions. Among the findings are the community dimension of care as the means by which club participants put the agency into action and as a resource for establishing close protections.

Key words: solidarity economy, women, care, experience, agency.

Introdução

As reflexões aqui propostas compõem parte de um itinerário de pesquisa que se iniciou com estudos monográficos, aprofundados em uma dissertação e culminando em tese defendida recentemente cujo foco foram as experiências de mulheres na economia solidária, em especial nos clubes de troca. A importância de destacar os procedimentos que antecederam o presente artigo reside no reconhecimento dos desafios epistemológicos empreendidos na compreensão do que seja a economia solidária no contexto brasileiro. O caminho adotado parte da experiência dos sujeitos, tensionando parte das leituras produzidas que transitam entre pares dicotômicos como relevante/irrelevante, eficiente/ineficiente, atribuindo legitimidade e reconhecimento a empreendimentos cuja centralidade está nos impactos econômicos.

Dentro os achados empíricos ao longo dos anos de pesquisa constatou-se um processo de hierarquização interna dos empreendimentos baseada exatamente na relevância econômica.¹ As cooperativas de crédito e rurais ocupariam os estratos mais altos, ao passo que as ditas associações informais figurariam como coadjuvantes no conjunto de empreendimentos que formam a economia solidária no Brasil. As evidências dessa hierarquização se fazem sentir pela dificuldade encontrada pelos grupos ditas informais na obtenção de financiamentos, capacitação e suporte técnico, por exemplo.

Frente a esse cenário o presente artigo pretende articular dois objetivos: visibilizar experiências de mulheres relegadas à irrelevância por não atingirem patamares de viabilidade econômica estabelecidos como emancipatórios, e destacar um itinerário epistemológico atento às ausências e insuficiências teóricas na apreensão de experiências que borrem as fronteiras entre estrutura e ação, trabalho produtivo e reprodutivo, emancipação e alienação.

Apresentamos na primeira seção um retrato do campo de pesquisa, os clubes de troca e as mulheres que os mantêm em movimento. Na sequência tratamos dos desafios teóricos e metodológicos na pesquisa com mulheres e por fim, na terceira e última seção apresentamos algumas reflexões sobre as novas posicionalidades assumidas pelas participantes dos clubes.

O clube de trocas e as mulheres

As relações de troca com ou sem uso da moeda existem ao longo da história da humanidade e em diferentes contextos. O Sistema de Empregos e Comércio Locais, ou Sistema de Transferência de

¹ Esta informação toma como base os mapeamentos de Empreendimentos Econômicos Solidários realizados nos períodos de 2005-2007 e 2009-2013 em todo território nacional, que embora listem os clubes de troca como uma das modalidades possíveis de Economia Solidária, alocam essas práticas na categoria “Associações informais”, grupamento que acolhe ampla diversidade. A ênfase, sobretudo do primeiro mapeamento, dada a requisitos como faturamento e remuneração faz com que essas experiências quase que desapareçam dos indicadores, não obstante reúnam, segundo dados do período de 2005-2007, cerca de 32% do total de participantes da Economia Solidária. Para maiores informações consultar: ANTEAG (2009). Atlas da economia solidária no Brasil 2005-2007. São Paulo, Brasil: Todos os Bichos, e Gaiger, L. I. (2014). A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo, Brasil: OIKOS.

Energia Local, ambos reconhecidos pela sigla em inglês LETS, foi fundado por Michel Linton em Vancouver (Canadá) no início da década de 1980. Esse sistema, que se expandiu para outros países na década seguinte, possibilitou estabelecer equivalências tempo/dólar oportunizando a criação de um sistema de crédito para troca de produtos e serviços que em muito se aproxima dos princípios da economia solidária no Brasil: de base comunitária, de gestão democrática e sem fins lucrativos.

A experiência que aqui analisamos mais detidamente foi inspirada nos Clubes de Troca surgidos na década de 1990 na Argentina. Em meio a um cenário de intensa recessão econômica. Frente à baixa circulação de moeda grupos de pessoas passaram a se reunir para trocar produtos e serviços sem a intermediação do dinheiro. Dentre as diversas modalidades de troca praticadas nesses clubes podemos listar troca direta (produto por produto), troca mediante utilização de moeda social e comercialização.

A partir dessa inspiração, que se amplia para diversos outros países, em 2001 é fundado em Curitiba o primeiro clube de trocas em um bairro periférico. Inicialmente o coletivo de agentes sociais (organizações não governamentais, igrejas, lideranças comunitárias) pretendia que os encontros de troca substituíssem as filas de assistência social de algumas paróquias ocupadas quase que exclusivamente da distribuição de cestas básicas. Posteriormente, como demonstraremos ao longo do artigo, os resultados superaram as ambições iniciais especialmente no que se refere aos ganhos sociais. Estes grupos em particular utilizam majoritariamente moeda social e algumas vezes troca direta. Os casos em que há comercialização se referem a venda de produtos da economia solidária em feiras e eventos, no cotidiano dos clubes é o pinhão (moeda social) que faz a mediação das trocas.

Os Clubes de Troca pesquisados são neste trabalho numerados de 1 a 4 e se localizam nas seguintes regiões: Sítio Cercado (CT 1), Fazendinha (CT 2), Colombo (CT 3) e Mandirituba (CT 4), sendo Sítio Cercado e Fazendinha bairros do município de Curitiba (Paraná) e Mandirituba e Colombo cidades da região metropolitana. Assim como os nomes dos clubes não serão identificados as entrevistadas também tiveram seus nomes trocados.

O Clube de Trocas 1, no Sítio Cercado é um dos mais antigos, com quase 15 anos de existência. O bairro abriga famílias de classe média baixa, mas no Clube participam também mulheres dos arredores em situação de pobreza mais severa, que dependem do transporte público para chegar à paróquia onde se realizam os encontros. Dona Regina e Seu João além de fundadores do grupo são seus animadores, especialmente Dona Regina que está presente em todos os encontros e quando ela não pode estar as atividades são suspensas. O CT se reúne quinzenalmente nas terças feiras à tarde com participação de cerca de 20 mulheres e algumas crianças. É o grupo no qual as trocas são mais diversificadas e também mais aguardadas. Fato que determinou inclusive a não participação do Clube na Feira Permanente, evento que reúne semanalmente grupos para a comercialização de seus produtos. Quando perguntadas se gostariam de produzir algo coletivamente para comercializar nesse espaço optaram por se dedicar somente às trocas. Segundo algumas delas produzir para feira implicaria em investir capital para a compra de matéria prima, dispor de recursos para deslocamento e alimentação no dia da feira além de se responsabilizar pela montagem e desmontagem das barracas, trabalho pesado para a maioria delas já acima dos 50 anos e com problemas de saúde. Tudo isso sob o risco de não vender ou vender muito pouco. De modo que a motivação central declarada por elas para a participação no grupo são as trocas.

O Clube de Trocas 2, no bairro Fazendinha, existe há mais de 10 anos e funciona no Centro Social Marista, que além do espaço dispõe de uma assistente social para acompanhar o grupo e contrata, conforme a demanda, artesãs para ministrarem cursos para as mulheres. Com cerca de 20 participantes o grupo se reúne quinzenalmente para produção de artesanato e para trocas, alternadamente. Assim como o anterior participam mulheres de outras localidades, mas em geral de classe média baixa e algumas em situação mais vulnerável. O grupo participa da feira permanente e também de outros espaços de comercialização com os produtos coletivos e também com produção individual. Quem vai para as feiras leva os artigos produzidos pelo grupo, cuja renda é coletiva, mas também pode

comercializar artigos que tenha produzido individualmente. É o grupo com maior média de idade, 45 anos. A assistente social geralmente coordena os encontros, mas Dona Glória representa o grupo na reunião das animadoras, coletivo que reúne lideranças dos clubes de troca para tratarem de ações conjuntas. Este Clube ao longo de 2015 passou por um processo de incubação através de uma incubadora universitária.

O Clube de número 3, em Colombo, é um dos mais precários do ponto de vista da infra estrutura para a realização dos encontros. Paula, animadora e coordenadora do grupo, cede uma garagem improvisada em sua casa para diversas atividades. Dos quatro, este é o grupo no qual as participantes apresentam maior fragilidade econômica. A atividade que reúne o maior número de mulheres é um bingo que tem por finalidade arrecadar cerca de R\$ 80,00 a serem usados no pagamento de um frete para buscar verduras de um programa de compra direta de pequenos agricultores. Os alimentos são doados, mas é preciso buscar, carregar as caixas, colocá-las no caminhão, descarregá-las e distribuir as sacolas, quase tudo feito por D. Paula e uma filha. Tanto nos bingos quanto nas trocas há pouca produção própria, a maior parte dos itens são roupas, calçados e acessórios usados e utensílios para a casa. A participação nas feiras é individual, não havendo produção coletiva de artesanato ou outros artigos.

O Clube de Trocas de número 4 é o mais distante geograficamente, localizando-se na área rural de Mandirituba. Reúne cerca de 15 mulheres quinzenalmente para as trocas e semanalmente para produção de artesanato e produtos de limpeza, sendo que os produtos de limpeza são para consumo próprio. Marina é uma das animadoras do grupo, mas diferente dos outros Clubes, há neste uma tensão interna quanto à figura da liderança; Dora, que é bastante articulada e domina várias técnicas artesanais concentra em si responsabilidades internas ao grupo como decidir o que produzir, com que técnicas, onde comercializar, e Marina encarrega-se de representar o grupo nas atividades externas. Do ponto de vista sócio econômico não foi possível identificar a presença de participantes em situação de vulnerabilidade econômica, a maioria vive da agricultura para subsistência e comercialização.

Foram entrevistadas em um primeiro momento duas mulheres de cada grupo escolhidas por sorteio presencial. Após o sorteio dos nomes o agendamento do dia e local favorável foi acordado com cada uma separadamente. O sorteio foi proposto a fim de apreender outras experiências que não as vivenciadas pelas lideranças. Algumas coordenadoras de grupo foram entrevistadas, em uma segunda rodada, mais a título de compreender melhor o funcionamento dos grupos, assim como outras que não foram sorteadas mas procuraram porque queriam falar, como D. Raquel do clube de trocas de número 2. Estas entrevistas não foram descartadas e foram incluídas no escopo da análise.

As trocas como momento central do encontro dos clubes e apreendidas por meio da observação participante, se realizam com particularidades em cada um deles. No Clube de Trocas 1, por exemplo, na chegada todas dispõem os produtos em mesas de plástico, onde é colocado também o nome de cada uma delas. De frente para as mesas de produtos se forma um semicírculo onde as participantes se sentam durante o encontro. Antes das trocas cada uma se levanta, vai até a mesa onde está escrito seu nome e apresenta os produtos que trouxe lembrando-se de dizer quanto vale, em pinhões, cada produto. Após a apresentação dos produtos todas se levantam ao mesmo tempo e vão direto até as mesas onde estão os produtos que querem trocar. Pegam o que querem, a partir de critérios próprios, e procuram a pessoa que trouxe para efetuar o pagamento com a moeda social ou propor uma negociação por troca direta, produto por produto. Ao final quando ficam apenas produtos que não despertaram interesse imediato é comum acontecerem “ofertas”, o preço inicial é reduzido ou se oferecem dois produtos pelo valor de um. Usualmente sobram roupas e utensílios domésticos.

No clube de trocas 2 na chegada cada uma assina o livro ata e a ordem de assinatura determina a ordem das trocas. Os produtos são dispostos em um espaço fora do círculo e normalmente tem o valor em pinhões escrito em etiquetas improvisadas. O primeiro nome assinado na lista é chamado e pode pegar um produto por vez, até que todos os nomes sejam chamados. Há várias rodadas até que acabem

os produtos. Esse jeito de organizar as trocas não é totalmente eficiente e em um dos encontros produziu ruídos entre elas. Não se estava obedecendo a ordem das linhas que, em branco, possibilitavam que quem chegou depois assinasse nesses espaços sendo chamada para a escolha do produto antes das demais. O próprio grupo ao final do encontro propôs outra dinâmica ainda baseada nas assinaturas, mas desta vez chamando a primeira e a última que assinaram.

No clube de trocas 4 a distribuição espacial se assemelha à do clube de número 1, os produtos são dispostos em uma grande mesa e forma-se um semicírculo em torno dos produtos. No momento das trocas cada uma apresenta o que trouxe, com todas de pé em volta da mesa, e as trocas acontecem simultaneamente. Cada uma pega o que interessa e procura quem trouxe para efetuar o pagamento. Nesse clube as moedas sociais, o pinhão, são escassas, as trocas acontecem quase que totalmente de forma direta, produto por produto.

Já no clube de número 3 há uma dinâmica peculiar. A principal atividade do grupo são os bingos realizados com a finalidade de arrecadar recursos para o frete das verduras distribuídas por uma ONG como parte do programa de compra direta de pequenos agricultores. A coordenadora do grupo, Paula, é a responsável por arrecadar os itens que servem como prêmios, em geral artesanatos, utilidades domésticas, bolsas e roupas usadas. No entanto muitas participantes também levam itens feitos por elas: panos de prato, roupas infantis costuradas a partir de retalhos, almofadas, itens de higiene. Cada rodada do bingo custa R\$ 0,50 e joga-se até que os prêmios tenham acabado ou até que dê o horário de buscar as crianças nas escolas. As cartelas são marcadas com grãos de milho, não podem ser marcadas à caneta porque não teriam como repor. A adesão é bastante alta, com média de 20 mulheres, o que faz com que a animação também seja grande. Não há grandes tensões em relação às insatisfações com os produtos considerando que o fator “sorte” é o que determina com que cada uma sairá. No entanto, depois do encerramento da atividade acontece uma troca informal dos produtos entre as mulheres, quem ganhou algo que não gostou oferece ou propõe troca a alguém que tenha recebido o que a pessoa queria. Essas trocas são frequentes e acontecem de maneira espontânea.

Cada clube estabelece seu jeito de efetuar as trocas, em comum entre eles está o uso, em maior ou menor intensidade, do pinhão, moeda social que possibilita ampliar o circuito das trocas. Mediados por esta moeda os objetos circulam entre as participantes. Cada uma estipula quanto vale o produto que trouxe em “pinhões”. Ao longo de alguns anos de observação foi possível constatar as “variações cambiais” do Pinhão. Em meados de 2009, por exemplo, havia uma paridade Pinhão-Real, ou seja, um Pinhão equivalia a um Real e assim se estabeleciam os “preços” dos produtos. Atualmente é difícil encontrar produtos ofertados por mais de dois Pinhões, mesmo quando se sabe que se comprados fora dos Clubes teriam um valor superior.

Essa constatação nos coloca frente a duas possibilidades de leitura: uma sobre a materialidade das coisas - o que se troca -, e outra sobre as formas como se atribuem valores aos produtos trocados. Dirigir a atenção à materialidade da economia solidária construída nos Clubes de Trocas e as relações que ela mobiliza permite perceber que os objetos ali trocados podem ser reunidos em torno de três grupos principais considerando a frequência em que aparecem nas trocas: alimentos, roupas e acessórios, produtos de artesanato.

Ao longo dos anos, não apenas o Pinhão sofreu variações, mas as coisas que se trocam também. Em 2009 os alimentos trocados eram essencialmente itens da cesta básica: arroz, feijão, azeite e café, esse último bastante valorizado. Quando alguém levava café para trocar, por exemplo, o levava pronto para o consumo e se trocava uma xícara por meio Pinhão. Quando questionada sobre esse tipo de “venda” uma liderança dizia: “para muitos é só aqui que tomam café”. Atualmente quando há itens alimentícios para troca são molhos prontos, chocolates, leite condensado, etc.

Para o momento do lanche, parte constitutiva de todos os encontros, os que podem levar algo para compartilhar com os demais: bolo, suco, etc. Os alimentos levados para o lanche normalmente não entram no circuito de trocas e são deixados à parte até o momento oportuno. Não é apenas uma pausa

para comer algo. É um momento importante onde se pergunta da família, se trocam receitas e há, inclusive, certa competição para ver quem traz as coisas mais saborosas. Durante as observações realizadas em 2014 pouco se viu a troca de itens do lanche por pinhão e, quando ocorria, quem ofertava não o fazia sem certo constrangimento. Nas duas vezes em que esse tipo de troca foi observado os itens trocados eram salgados de festa e as pessoas os “compravam” para levar para casa.

As trocas de roupas e acessórios também mudaram. Em 2009 tinham um papel mais central:

“[no dia do encontro] eu chegava em casa eu trazia roupa pra minha filha, eu trazia roupa e calçado, eu trazia alimento e trazia também verdura [...] a gente chegava animada e chegava aqui, nesse dia sempre tinha verdura, o alimento, calçado e roupa eu não precisava comprar pra ela, que ela precisava pro colégio”. (Célia, CT 3, entrevista, fev 2009).

Na atualidade as roupas que são trocadas são as consideradas de “festa”, roupas para ir à igreja ou uniformes escolares para as crianças. Roupas para uso cotidiano, exceto os uniformes, não despertam muito interesse. “Roupa ninguém quer mais”, como afirmou Dona Glória, que participa do Clube de Trocas 2. Quando os Clubes recebem doações de roupas consideradas comuns realizam bazares para a comunidade. As peças são vendidas por R\$ 0,50 e o dinheiro arrecadado é destinado ao Clube, para um passeio ou para realizar uma festa para as aniversariantes.

Os acessórios, contudo, ganham outra posição. Em um encontro do Clube de Trocas 2 uma senhora, ao chegar sua vez de trocar, escolheu uma aliança de bijuteria. Sentou-se, mostrou a aliança às demais e disse que sua aliança de casamento já não servia mais em sua mão e que o marido tinha perdido a dele. Passou anos alternando entre usar ou não a aliança porque o marido não usava a dele, como uma espécie de protesto. Disse que chegou a comprar uma “banhadinha” para o marido, mas aí ela não queria usar porque as pessoas poderiam vê-los com alianças diferentes e pensar que ela era casada com outro. Relatou diversos momentos de conflito por essa razão ao longo dos 45 anos de casamento, terminou dizendo: “falta arranjar uma igual pra ele” (D. Monica, CT 2, entrevista, set 2016).

Junto com uma aliança de pouco valor monetário, Monica trocou sua história, a tensão cotidiana que compõe a memória de sua relação conjugal e a explicitação da maneira como se relaciona com representações sociais que compõem noções compartilhadas como a de família, por exemplo.

As esperanças adormecidas que a aliança sem par desperta não podem ser quantificadas em termos de valores de uso ou valores de troca, é mais que dar utilidade aos objetos, trata-se de dar significado. A dinâmica das trocas coloca em movimento o (s) sentido (s) das trocas.

Os objetos de troca e a hierarquia das trocas são informadas diretamente por uma noção de cuidado com os filhos, com a casa, com a reprodução cotidiana da vida. Impossibilitadas de acessar o mercado formal de trabalho, em função da pouca escolarização e/ou qualificação, e sujeitas à instabilidade do trabalho como diaristas, as mulheres acabam se utilizando do grupo e das trocas como meio para suprir necessidades básicas emergenciais.

Caminhos teórico-metodológicos

Para Joan Scott (1999) a experiência como uma interpretação é algo que também precisa ser interpretado. Ou seja, não se trata de relatar e compreender como se dão as experiências das mulheres nos clubes de troca, mas de investigar também quais foram as condições que produziram essa experiência. Trata-se de um empreendimento genealógico, segundo o qual se demarca de forma incisiva a radicalidade da contingência, a saber, o caráter eminentemente situacional da experiência.

Do ponto de vista interpretativo esta é uma abordagem voltada à compreensão dos sentidos, as razões do autor da experiência, e não da verdade enquanto categoria ontológica. Há um duplo movimento interpretativo no contexto desta pesquisa: das mulheres que têm colocado em curso

experiências de si a partir dos clubes de troca e significam essas práticas interpretando-as e atribuindo significados, e da pesquisadora que interpreta a experiência a partir dos próprios conteúdos. Ainda que esta interpretação só seja possível olhando o contexto dos textos produzidos a partir de dentro, participando em alguma medida desses contextos, o intérprete precisa problematizar a própria inserção e as categorias que aciona para significá-la.

Não se trata, contudo de uma abordagem interpretativista segundo a qual os significados seriam fixos carecendo apenas de serem descobertos, supondo que os conteúdos das ações possam ser analisados a partir de um sistema de significados a que pertençam. Ainda que voltada para a compreensão da ação humana e seus significados essa abordagem está ancorada em princípios estruturalistas que partem de invariantes ao desconsiderar processos de aquisição da linguagem e da construção das subjetividades.

A hermenêutica combinada com a genealogia vai exatamente à direção oposta, exigindo a problematização de categorias apriorísticas que ocultariam os conteúdos ao invés de apreendê-los. Compreende que os discursos são marcados pela tradição, pela cultura e por aspectos conjunturais que tocam igualmente sujeitos pesquisados e pesquisador, que traz consigo preconceitos historicamente herdados. A compreensão desde esse ponto de vista é participativa, conversacional e dialógica, de maneira que compreender é um processo produzido no diálogo que ultrapassa conteúdos apenas reproduzidos por um intérprete.

Os significados são temporais, não podem simplesmente ser “descobertos”. Não se trata de revelar a verdade ou esclarecer as condições nas quais ocorre a compreensão, mas de problematizar acerca das condições da compreensão. Este é um movimento de radicalização da perspectiva e que se sabe perspectivado. Eis, portanto, a segunda razão pela qual a aproximação entre hermenêutica e genealogia se mostra adequada: permite acessar o campo, empírico e de conhecimento, a partir da noção de experiência. As posições importam, seja das mulheres pesquisadas, seja da pesquisadora. Importam também as vias pelas quais essas experiências foram oportunizadas ou mesmo dificultadas. A noção de experiência como desenvolvida por Scott (1999) não se atém na explicação da experiência que vivem as mulheres no Clube de Trocas, mas auxilia na compreensão das condições em que essas experiências foram produzidas.

O percurso analítico aqui adotado está inscrito, portanto, no quadro geral das abordagens hermenêuticas tendo como ponto de partida a noção de experiência tal como desenvolvida pelo campo de estudos de gênero, especialmente através das contribuições de Joan Scott. Aprender a experiência por sua vez, torna-se possível acessando os recursos teórico-metodológicos da genealogia como fundamentada por Michel Foucault.

Investigar e analisar os processos pelos quais as experiências se constituem implica no olhar múltiplo sobre o sujeito e o conjunto de elementos que o formam e são formados por ele, para o contexto do qual esses sujeitos fazem parte e para as práticas que emergem dessas relações. A própria referência às mulheres participantes dos clubes de troca enquanto sujeitos se converte em conteúdo a ser analisado desde a perspectiva adotada.

A genealogia como método que evidencia as singularidades dos acontecimentos históricos e a forma como as relações de poder produziram subjetividades e indivíduos potencializa a noção de experiência. Em ambas os sujeitos se constituem de diferentes modos, não são e não podem ser lidos como universais.

A genealogia (Foucault, 2015) como método que evidencia as singularidades dos acontecimentos históricos e a forma como as relações de poder produziram subjetividades e indivíduos potencializa a noção de experiência. Em ambas os sujeitos se constituem de diferentes modos, não são e não podem ser lidos como universais.

Na tríade hermenêutica, genealogia e experiência encontram-se os referências que permitem desvelar as formar como os sujeitos se constituem através do acoplamento do conhecimento aos

saberes locais, possibilitando a constituição dessa experiência como um saber histórico. Por conhecimento se está considerando o conjunto de práticas, valores, enunciados constitutivos da economia solidária, mas que não são meramente reproduzidos por seus agentes, nesse caso as mulheres. Elas produzem constelações de significados desde suas práticas diárias e o modo como se posicionam em diferentes espaços. É na experiência cotidiana, contextual e móvel do que sejam para as participantes o clube de trocas e a economia solidária que se produzem os sentidos e a vida mesma.

Michel Foucault (2015) ao desenvolver a genealogia como método de análise rompe não apenas com as noções de continuidade histórica, mas provoca também desestabilizações nas concepções de um sujeito geral, apriorístico. Para o autor os processos de objetivação e subjetivação que teriam produzido o sujeito moderno antecedem sua constituição. Não há um sujeito essencial a partir do qual emanariam as relações de poder, ao contrário, são as relações de poder que formam e/ou conformam os sujeitos a partir das posicionalidades que ocupam. O sujeito só pode ser reconhecido como louco, normal ou qualquer outra designação a partir dos discursos reclamados pela medicina, pelas ciências.

As noções de sujeito precisam, pois, ser colocadas em perspectiva considerando outros elementos. Se por um lado, para Foucault a sociedade é concebida de maneira disciplinar, instituída e instituindo sujeitos, por outro lado esses sujeitos são também instituintes de si, de sujeitos úteis se movimentam em direção a certa mobilidade e satisfação em corresponder ao instituído.

Frente a esse desafio teórico-epistemológico a coleta de dados se deu a partir de dois grandes eixos considerando as técnicas a serem aplicadas: entrevistas em profundidade e observação participante. As entrevistas em profundidade, ainda que tenham como base um roteiro semiestruturado podem proporcionar uma noção de processo, descrevendo experiências cruciais nas quais as trajetórias individuais, as posicionalidades foram e são forçadas. Já durante a observação participante dos encontros dos Clubes de Troca e demais eventos, a pesquisadora, como parte do contexto, estaria em melhores condições de observar e apreender significados, sentidos e práticas não declaradas pelos sujeitos.

Pelo circuito das trocas passam as necessidades materiais imediatas, passam os afetos e desafetos, passam significados em torno do que seja trabalho. O vértice que se abre a partir daí impõe um desafio analítico: o de apreender experiências nas quais se imbricam a materialidade dos objetos, os sujeitos e as posições que ocupam, a agência e os significados que se produzem desde as trocas.

As dinâmicas em torno das trocas nos Clubes catalisam um conjunto substancial de conteúdos e significados. Tomadas como experiência, no sentido aqui atribuído como aquilo que se quer explicar, possibilitam trazer para análise as falas que emergem através dos objetos trocados, as falas que vêm pelo modo como se desenvolvem as trocas e as falas que se enunciam pela voz dos sujeitos da pesquisa.

O que se experiência a partir das trocas, embora múltiplo em razão da posicionalidade dos sujeitos, catalisa além de princípios comuns conteúdos compartilhados: em um primeiro nível a satisfação ou alívio pelo atendimento de carências materiais emergenciais: o uniforme escolar para os netos, a goiabada para a sobremesa, a roupa para o culto de domingo; e, em um segundo nível, conteúdos compartilhados a partir de um duplo movimento, para dentro e para fora do grupo.

Para dentro do grupo: fazer parte do circuito das trocas, conhecer e movimentar-se a partir de códigos por vezes explícitos, por vezes tácitos, compõe um aprendizado: “é um grupo que você aprende a dividir” (Margarete, CT 1, entrevista, jul 2016), “tem que saber que tem que aprender a dividir” (Márcia, CT 1, entrevista, jun 2016). Há um conjunto de saberes que precisam ser aprendidos e apreendidos. Estar no grupo exige adesão a esse saber: “eu conheci uma pessoa lá [no Clube] que acabou tendo uma discussão com uma pessoa do grupo e não gostou por causa disso: não sabe dividir. Era uma pessoa muito boa, muito legal, que já tava lá há anos.” (Margarete, CT 1, entrevista, jul 2016).

Por outro lado a experiência das trocas extrapola as fronteiras do Clube informado práticas e

subjetividades “pra fora” do grupo. Entre os conteúdos que se compartilham a partir da participação nos grupos estão movimentos de deslocamento dos significados atribuídos ao trabalho. Ganham novos conteúdos tanto o que se produz para a troca, do artesanato ao tempero, quanto os trabalhos que se realizam no espaço doméstico.

Produzem-se também tensões que, mais que provocar fissuras, visibilizam o complexo relacional perpassado pelas trocas e sua materialidade. Devolver o que se trocou porque não ter gostado, burlar a ordem de sorteio para trocar antes das colegas e pegar algo cobiçado ou mesmo ao final do encontro doar o que não foi trocado numa espécie de desqualificação do produto, foram elementos presentes em todos os Clubes reveladores tanto da importância da materialidade do que se troca quanto dos significados possíveis em torno das trocas.

Ainda que o espírito de abnegação em torno das trocas seja recorrente, como discurso e práticas que circulam entre as participantes, as fronteiras entre o que é, ou não, ser solidário estão em constante tensionamento frente ao real, de modo que os conflitos que daí emergem contribuem para fazer caber o cotidiano, o pragmático dentro do ideal, ou de outra forma, atualizar o ideal em direção ao possível. Ser solidário para as participantes passa necessariamente por pensar no outro, nas necessidades da colega, medindo para qual das envolvidas na troca o produto em disputa se faz mais necessário, mesmo que outra saia prejudicada.

A narrativa que o grupo constrói para si e para os visitantes tem no “desinteresse” a fonte da solidariedade e mesmo da coesão do grupo. O desinteresse nesse caso está relacionado ao material, ser uma pessoa materialmente desinteressada. Uma frase recorrente entre elas é: “eu troquei pra ajudar, eu não preciso”. O oposto dessa postura é a pessoa que quer “tirar vantagem”, sempre beneficiar-se nas trocas levando os produtos mais cobiçados.

O fato de haver produtos mais cobiçados que outros já exige que se leiam as trocas a partir dos processos interativos que conectam materialidades. Há um discurso que circula entre as participantes e entre os grupos que deve nortear as práticas, e há a posição, o interesse e a necessidade de cada uma delas produzindo um lugar intermediário entre o deve ser das trocas e a experiência concreta.

Questionar o padrão de trocas, rebelando-se de alguma forma contra ele seria turvar águas aparentemente tranquilas, superficialmente calmas. Na prática ninguém pega produtos que não sejam úteis ou belos. Há uma dimensão utilitária nas trocas, mas que não está desconectada de aspectos não utilitários que motivam a participação nos clubes.

De qualquer perspectiva que se olhe, portanto, as trocas são uma entrada importante na compreensão da experiência que vivem essas mulheres e nas posições de sujeito que ocupam.

A importância das trocas se inscreve na trajetória dessas mulheres em contextos de múltiplas assimetrias. A baixa escolaridade, as relações familiares marcadas pela desigualdade de gênero e as dificuldades de acessar o mercado formal de trabalho conferem aos clubes papéis salutares na reprodução cotidiana da vida. Controlar o tempo de estudo, lazer ou trabalho, seja pelo subequipamento ou pelo cerceamento do direito de ir e vir, somado ao controle sobre o corpo, a sexualidade e a fecundidade, conformam junto com o controle sobre o acesso à renda um emaranhado de limitações que estabelecem as posicionalidades permitidas a essas mulheres e seu status de sujeito.

Trabalhar fora, ter renda própria nesse contexto, não é condição suficiente para produzir emancipações, mas é sem dúvida condição necessária. Não obstante o fato de que quando há renda, obtida como a venda de artesanatos, por exemplo, esta é sempre considerada complementar à renda do esposo. A composição da renda familiar ancorada na renda do marido, salário ou aposentadoria, coloca as mulheres em posição de dependência econômica mesmo para o sustento diário. É preciso pedir o dinheiro, sempre e para tudo. Muitas das trocas, nesse contexto, vêm suprir para muitas as demandas de itens para os quais os maridos possivelmente não concordariam em liberar o dinheiro: roupas, bijuterias, artesanato.

“A gente morou numa chácara lá em Mandirituba, do mesmo dono daqui da empresa, então quando ele vendeu a chácara lá, como diz, ele vendeu com nós junto, o homem queria que nós ficasse trabalhando pra ele, mas era pra baixar salário. O meu marido ganhava dois salário na carteira, eu tinha salário, mas esse tempo foi uma época muito difícil pra mim, meu marido não me dava o meu dinheiro. [...] Eu trabalhava na empresa até as onze, levantava as cinco, fazia café, deixava o lanche pronto e depois de sair da empresa ia trabalhar de diarista. Sábado e domingo eu lavava roupa e ele sujava de propósito, se dava pra usar dois uniformes por semana ele usava quatro, pra mim ter que lavar roupa sábado e domingo e não ter tempo de sair”. (D. Sandra, CT 2, entrevista, ago 2016).

Responsáveis por arcar com a maior parte dos trabalhos considerados reprodutivos as mulheres se veem limitadas de forma determinante no tempo disponível para buscar melhores trabalhos, qualificação, formação. Razão pela qual as discussões entre trabalho leve e pesado, produtivo e reprodutivo não estão dissociadas dos grandes temas da modernidade, os sujeitos e suas ações, o desenvolvimento.

O doméstico, para a mulher pobre, transforma-se numa possibilidade de trabalho. Ela não é livre no seu corpo, nem em sua vontade de instruir, nem em seu destino e, a cada novo momento, cruza com um conjunto de regras que se encerram e que se articulam num domínio coletivo, que a circunscreve severamente dentro de um jeito de ser, num papel que lhe é atribuído. Está inscrita no interior de uma hierarquia social, que recorta de forma drástica a sua paisagem com a dupla limitação, a do sexo e a do grupo social de sua origem.

A sobreposição de desvantagens tais como a pouca escolarização e a ausência de equipamentos públicos para o cuidado das crianças como creches, impelem as mulheres a estratégias de adequação entre o que sabem fazer, o que podem fazer a partir das condições em que vivem e o tempo de que dispõem. Dona Regina relatava sobre suas experiências profissionais:

“Meu serviço hoje é o serviço da casa, ele [o marido] lava a louça, se for preciso ele passa roupa, mas só quando é preciso, se não sou eu que faço. A gente sempre trabalhou junto, no começo ele trabalhava na fazenda, tomando conta e eu na sede... cozinhava, limpava. Tinha meu salário. Ele era registrado, se aposentou, eu nunca fui registrada”. (D. Regina, CT 1, entrevista, mar 2016).

Diferente de Sandra, Regina tinha acesso ao próprio salário e contava com a ajuda do esposo em algumas tarefas. No entanto, ainda que trabalhasse para o mesmo patrão as tarefas que realizava não tinham o status de trabalho revelado no fato de que nunca teve carteira assinada.

Desde esse cenário os clubes se convertem em um “mercado” no qual a aquisição de produtos dispensa o uso do dinheiro. O acesso limitado à renda própria e o acesso restrito à renda familiar, proveniente do salário ou aposentadoria do marido, acentuam a situação de precariedade econômica. Mesmo a compra de itens para a alimentação é controlada. Não há autonomia para o uso do dinheiro, para a escolha dos produtos no supermercado, para a compra de itens do dia a dia como frutas e verduras.

A circulação de hortaliças e frutas cultivadas nos quintais é comum. No caso do clube de trocas 4, além da troca de mudas de plantas nativas, por sugestão de uma técnica da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), circulam massas caseiras, ovos e conservas. Nos demais grupos há a troca de hortaliças, mas circulam em volume maior itens industrializados como molhos, gelatinas, bolachas. Esses itens reforçam a alimentação diária e nas palavras de uma das participantes: “ajudam a chegar até o fim do mês”.

Comprar sem dinheiro permite ainda que se comprem itens que não seriam adquiridos nesse contexto de falta de autonomia sobre os recursos. Como descrito na seção anterior houve ao longo do

tempo mudanças consideráveis no padrão de trocas. Se em anos anteriores comida era o item mais requisitado, atualmente bijuterias e roupas consideradas de festa têm grandes procura. As trocas propiciam o acesso a bens para os quais não há dinheiro sobrando ou a compra seria interdita pelos esposos: “esse vestido eu comprei com o dinheiro do fim de ano, porque o do meu marido vai tudo com ele, ele é muito doente” (Clara, CT 3, entrevista, mai 2016). O dinheiro mencionado por Clara ao mostrar a roupa que vestia com orgulho veio da venda do artesanato produzido no grupo, dividido entre as participantes ao final do ano.

Outra dimensão relevante propiciada pelas trocas e central para a compreensão dos movimentos realizados pelas mulheres em direção às múltiplas posicionalidades, relaciona-se à recomendação de que se leve para trocar ao menos um item de produção própria. É a partir dessa recomendação que as mulheres começam a ressignificar saberes e práticas até então tomadas como sem importância. Os trabalhos manuais como crochê, bordado e pintura em tecidos aplicados em panos de prato comuns dão a esses itens o status de presenteáveis: “esse vou levar pra uma parente minha que tá de aniversário” (D. Raquel, CT 2, entrevista, mai 2016).

Perceber-se como alguém que produz algo considerado útil, que possui valor, produz sobre as trajetórias das mulheres ressignificações importantes. Este é, via de regra, um reconhecimento que vem de fora: “eu fui na médica e ela falou ‘você tem que comer tempero natural’, aí eu falei que assim tava fácil, porque tempero a gente mesmo faz. O meu é natural, porque eu não coloco pimenta, só sal, pimentão, bastante cebolinha” (D. Clarice, CT 1, entrevista, jul 2016). Os temperos feitos por dona Clarice são bastante procurados, ela costuma levar quatro ou cinco embalagens e nunca volta pra casa com eles.

Leva-se para troca coisas que se fazia a vida toda sem saber que poderiam ter valor fora de casa, mas também se descobrem habilidades. Margarete passou a produzir brinquedos e jogos educativos com materiais reciclados a partir da sugestão de uma colega de grupo: “minha amiga lá do clube que me deu a ideia de fazer, eu faço de tudo, brinquedos, principalmente joguinhos” (Margarete, CT 1, entrevista, jul 2016).

Quando perguntava sobre o que se troca uma participante respondia: “a gente leva pra troca o que a gente sabe fazer com as mãos, o essencial pra vida” (Dona Regina, CT 1, entrevista, mar 2016). O essencial para vida, que é um valor e também um conhecimento, inclui o sustento diário e envolve ainda subjetividades. Não ter o que colocar na panela, situação dramática por si só, produz sobre as mulheres sentimentos de desespero reforçados pelas assimetrias sobrepostas: baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, ausência de creches onde deixar os filhos e netos. Não ter com que alimentar os filhos é assumido por elas como a confirmação de que não são capazes, o ponto final de um longo processo de desacreditar-se.

As trocas, neste caso, suprem necessidades essenciais e urgentes. Com o tempo passam também a informar subjetividades e práticas. As reinvenções sobre o conhecimento que possuem, considerado a partir dos clubes como trabalho conduzem o foco analítico para as trocas e seus conteúdos para além da materialidade. Perguntar o que significam as coisas trocadas aciona noções econômicas, relacionais e subjetivas.

A ideia de economia solidária para as mulheres tem passado mais pela reciprocidade que pela viabilidade econômica. As vivências de escuta mútua, de um falar reconhecido, não apenas autorizado como desejado, questionam os critérios de relevância comumente adotados:

Eles fala que é insignificante, mas eles não sabe o que é uma mãe que não tem o que colocar direito na panela e chega do grupo poder dá um doce pro filho, tem uma verdura pra janta. Quem é mãe sabe... que as vezes a gente não dá conta de comprar um chocolate na páscoa pro netinho (Margarete, CT 1, entrevista, jul 2016).

As palavras de Margarete, expressadas entre lágrimas e corroboradas por outras mulheres com meneios de cabeça que mantinham o silêncio respeitoso, confirmam a inspiração deste trabalho em centrar a análise na experiência. Não apenas como recurso metodológico, mas também como opção política: ouvir as vozes que não aparecem nos indicadores.

O essencial, o relevante não pode ser determinado apenas por indicadores, ainda que estes cumpram uma importante tarefa no conjunto maior da economia solidária. Pensar as trocas como experiência e a partir da experiência abre a possibilidade de apreender o real, o vivido desde o lugar onde se estão produzindo sujeitos e processos. A este tema se dedica a seção a seguir.

As reinvenções de si a partir do cuidado

No contexto aqui abordado a prática do cuidar tem passado por caminhos que envolvem o cuidar de si e o cuidar do outro. Novamente as trocas são o vértice do qual emergem leituras e significações possíveis. Por elas se compreende o movimento realizado pelas mulheres no sentido de atender necessidades familiares elementares e se compreendem também os passos que dão em direção ao cuidado próprio.

Se desde os contextos socioeconômicos em que vivem as possibilidades de reinventar-se se mostram limitadas, a partir de uma experiência coletiva na qual reciprocidades estabelecem e se repactuam em cada interação, as margens do existir são tensionadas. Se não há dinheiro, há a moeda social, se não há psicólogo na unidade de saúde, há as colegas que ouvem atentamente, se não sobra dinheiro para cuidar da aparência, há as trocas trazendo a “roupa de sair”, as bijuterias. O cuidado é, pois, o modo como as participantes dos clubes colocam essa agência em curso, ou seja, cuidar de si e dos outros a partir da pertença comunitária permite a essas mulheres responderem aos desafios de forma que o existir não seja uma condenação.

Os processos de reconfiguração das trajetórias e das identidades a partir das experiências no contexto dos clubes de troca são ao mesmo tempo produtos e produtores de práticas e representações acerca do trabalho, da cidadania e da igualdade.

Autoras como Miriam Nobre (2016) e Lena Lavinias (2016) argumentam que a tradução da igualdade legal em igualdade substantiva requer a integração da economia, cultura e política, tendo em vista que a superação das desigualdades de gênero requer não apenas emprego remunerado, mas expansão da proteção social e provisão pública de serviços sociais. Os programas de transferência de renda, nesse sentido, ainda que logrem atenuar déficits monetários não revertem de forma duradoura desigualdades e assimetrias de gênero.

Crítica similar é feita por Bila Sorj (2016) no tocante às políticas sociais que não rompem as barreiras estruturais e normas discriminatórias de gênero mantendo a distância entre igualdade substantiva e igualdade formal. Operacionalizadas dessa forma e como amortecedoras das políticas macro econômicas, as políticas sociais, especialmente as voltadas à distribuição de renda, reiteram a lógica essencializante do trabalho reprodutivo como da esfera do feminino.

Ao se enfatizar o econômico e seus resultados quantificáveis nos processos de institucionalização da economia solidária reproduz-se essa mesma lógica, uma vez que a emancipação econômica via trabalho remunerado desacompanhada de igualdade no compartilhamento das atividades domésticas e do cuidado segue subtraindo das mulheres tempo e condições necessárias a seu pleno desenvolvimento.

Renda suficiente, compartilhamento do cuidado e demais afazeres no âmbito doméstico e o tratamento digno do trabalho comporiam para a autora parte de uma reengenharia social que somada a expansão de serviços públicos condizentes com as demandas da população propiciariam a diminuição da distância entre a igualdade meramente nominal em relação à igualdade substantiva.

Contudo, as contingências não impedem que as mulheres construam suas próprias tecnologias do eu. A noção de posicionalidade reforça esse argumento. As mudanças promovidas no cotidiano das entrevistadas podem não corresponder às mudanças estruturais necessárias e esperadas, mas certamente informam novas posições de sujeitos.

Há alterações no conhecimento de si que informam que lugares essas mulheres passam a ocupar. Não se trata necessariamente de rupturas, nenhuma delas separou-se do marido, por exemplo, mesmo as que se encontravam em relações explicitamente abusivas. No entanto, permanecem no casamento a partir de outro lugar, conquistado aos poucos e a muito custo, o relato de Sandra é um dos mais emblemáticos nesse sentido:

“Em 43 anos de casada a primeira vez que eu fui viajar sozinha foi com o troca, pra representar o grupo. Eu agradeço a Deus que agora eu to feliz, eu to vivendo, eu to feliz. Depois que eu tive o derrame ele soltou a rédea, quer dizer, eu arrebentei o nó. Porque quando eu tava melhorando, começando a falar ele chorava de soluçar... eu dizia ‘eu não quero riqueza, eu não quero nada, eu quero viver, deixa eu viver’”. (D. Sandra, CT 2, entrevista, ago 2016).

Arrebrantar o nó é assumir que se pode ir a muitos lugares e conquistar essa possibilidade. Não é pacífico, não significa que de uma conquista como viajar sozinha todas as demais virão de maneira automática. Ao contrário, há micro batalhas cotidianas que seguem sendo enfrentadas: “agora eu não digo ‘posso ir lá, você deixa eu ir lá?’. Eu vou. Eu me arrumo e vou. As vezes ele diz: ‘larga eu sozinho e sai’, eu falo pra ele vim comigo no grupo, ele de birra almoça e não tira nem o prato da mesa” (D. Sandra, CT 2, entrevista, ago 2016).

Sandra fez da doença o ponto de reinvenção que precisava. Passou, a partir daí a arrebrantar vários nós para tecer outras redes. Desde o ingresso no clube ela segue ocupando os mesmos espaços, agora em outra posição. Razão pela qual não faz sentido apegar-se à ideia de uma fronteira real e efetiva entre os espaços públicos e privados. Os processos que nos constituem em sujeitos concretos não se dão de forma separada: mulheres se constituem no plano doméstico e homens na esfera pública. Trata-se efetivamente de engendramentos que se dão a partir de conjuntos inter-relacionados de relações sociais. Ou seja, o “lugar de mulher” não é uma esfera separada, mas trata-se de uma posição dentro da existência social em geral. (Lauretis, 1994, p.216).

De modo que pensar níveis de emancipação das mulheres a partir dos clubes significa apreender como passam a ocupar os lugares que sempre ocuparam. Não mudam os lugares, muda a maneira de estar neles. Para Sandra a mudança posicional se deu a partir de um conjunto de movimentos, ou de tecnologias sociais:

“Quando a gente passou a trabalhar na cidade e conviver com pessoas mais experientes as coisas foram mudando. Ele [o marido] mudou o jeito dele, não saiu mais atrás de mulher, aqui ele ficou firme porque o patrão nosso dizia ‘eu acho absurdo o homem que larga a família por causa de outra’, ele tinha medo do patrão, morria de medo. E eu também fui convivendo com as pessoas, a gente vai se informando, tem a delegacia da mulher, tem isso, tem aquilo... ele não vai te bater... então aqui eu tive mais força”. (D. Sandra, CT 2, entrevista, ago 2016).

Novamente o cuidar de si remete ao falar e ouvir, conviver com os outros, olhar a experiência das pessoas com quem se convive. Esse relato especificamente chama atenção ainda para as tecnologias de gênero. Do ponto de vista prático a “força” para fazer os enfrentamentos necessários vem tanto do convívio social quanto da ciência das políticas de atendimento à mulheres em situação de violência, formando um conjunto de tecnologias sociais.

A noção de experiência que se explica a partir dos modos como o sujeito compreende a própria

trajetória impede que se caia na armadilha teórica da polarização entre sujeito e agência. Para Teresa de Lauretis gênero é a representação de uma relação e como tal é um lócus potencial tanto para a mudança quanto para a reprodução. Olhar para a experiência das mulheres no cuidado de si, a partir do gênero, é procurar apreender nas narrativas e nas práticas os elementos capazes de persuadir as participantes dos clubes a investirem em outros posicionamentos.

Para Sandra a angústia de viver sob o ciúme do marido foi determinante:

“A cabeça dele era assim: que eu ia na mãe pra deixar os filhos e ia sair com alguém. Na cabeça dele era assim, que eu ia traindo ele a vida inteira. Por que que eu tive o derrame? Tudo por causa disso... ele abriu uma gaveta e achou o telefone da casa da patroa, ele ligou pra esse número e quem atendeu foi o irmão dela, da patroa, aí eu chego o homem tava que tava tremendo, daí ele falou: deixe, você já vai saber, espera, vai chegar a hora. Quando foi de noite que as crianças dormiam e a gente deitou, de repente, num piscar de olho ele virou pro meu lado, pôs a mão em cima de mim aqui [mostrando o pescoço] e dizia: agora você vai me dizer quem é esse Francisco. Eu dizia que não sabia, que nunca vi... esse homem me deixou quase louca, ele não me bateu, mas me deixou quase louca”. (D. Sandra, CT 2, entrevista, ago 2016).

Frente a uma situação limítrofe Sandra se viu impelida a “arrebentar o nó” quando, a partir do contato com outras tecnologias sociais, pôde perceber que o lugar até então atribuído a ela poderia ser revisto. Sem acesso à própria renda, que era apropriada pelo marido, e dentro de um casamento comum a muitas mulheres de sua geração Sandra se viu dentro de uma relação que afetava sua construção subjetiva. Para Lauretis (1994) é exatamente no fato de que a representação social de gênero afeta sua construção subjetiva, e vice versa, que se abre a possibilidade de agenciamento e autodeterminação.

Assim como outras mulheres o acesso à informação, a convivência com outras pessoas fora do círculo familiar possibilitou à Sandra olhar-se, debruçar-se sobre a própria trajetória. Ver-se dentro e fora do gênero. Estar dentro nesse contexto porque engendrada por uma representação de mulher que estabelecia parâmetros do aceitável e do reprovável. Fora do gênero porque gradativamente percebeu que ser esposa e mulher não precisa ser om destino fixo e inevitável.

Esse cuidado de si que tem nos clubes de troca um vértice de possibilidades levanta suspeitas. Nas instâncias institucionais há o receio de que a ênfase nos laços de amizade e convivência converta os clubes em grupos de autoajuda. Não se trata disso, e ainda que os clubes se restringissem apenas a serem espaços de autoajuda estariam cumprindo um importante papel considerando a ausência de serviços públicos que pudessem atender essa demanda.

Os clubes ao cultivarem uma mística, uma ordem sequencial de tarefas, ao mesmo tempo ritualizada e informal, uma vez que não é engessada, oferece previsibilidade, uma ideia de ordem que permite pensar um futuro mesmo que próximo. Frente ao conjunto de coisas sobre as quais elas não têm poder decisório, frente às incertezas econômicas, a instabilidade emocional, estar nos encontros representa um espaço de fuga e encontro. Fuga do cotidiano sem largos horizontes, e encontro de si e do coletivo.

Richard Sennett (2005) chama a atenção para a importância do senso de comunidade sequestrado pelo capitalismo flexível. A flexibilização dos processos produtivos teria nos conduzido para um modelo de sociedade que tem como marcas a ausência de longo prazo e a quebra nos laços de confiança. Confiar e estabelecer lealdades, do tipo que desembocam em compromisso mútuo exige tempo. Contudo, neste cenário não há tempo a perder. Para o autor é exatamente essa dimensão temporal a que mais afeta a vida emocional das pessoas, dentro e fora do ambiente de trabalho.

Dentro dessa lógica em que se tem a perene sensação de encurtamento ou aceleração do tempo desenvolver uma narrativa de vida assemelha-se ao trabalho de um artista de mosaicos: é preciso criar

algo coerente a partir de fragmentos episódicos. O caráter corrosivo deste tipo de capitalismo de curto prazo está exatamente no fato de retirar do horizonte a noção de longo prazo, a ideia de carreira, a possibilidade de segurança na velhice.

A permanência em um estado contínuo de vulnerabilidade, afirma Sennett, ofusca o olhar de quem está nessa posição. Não se consegue enxergar o caráter estrutural dessa condição de instabilidade e o movimento naturalizado é de responsabilização do indivíduo por não possuir os códigos exigidos para o sucesso.

O aporte das teorias feministas, especialmente Rosi Braidotti (2000), que veem nas brechas de estruturas em declínio as possibilidades da agência possibilita a leitura das experiências desde os sujeitos que passam a ser processos, em constante nomadismo, e a apreensão desses processos é sempre a partir das condições concretas, situadas (Braidotti, 2000, p.114). As técnicas de si, desde essa perspectiva, colocam o gênero como uma política da subjetividade. É a partir do modo como mulheres concretas, situadas se veem e interpretam o mundo que elas se posicionam nele. Ser mulher nesse caso, longe de um essencialismo ou de uma reificação da diferença, marca o lugar da própria enunciação:

La idea del sujeto como proceso significa que ya no es posible suponer que el/ella coincide con su propia consciencia, sino que há de pensarse como una identidad compleja y múltiple, como el sitio de interacción dinámica del deseo con la voluntad, de la subjetividad con el inconsciente: no sólo el deseo libidinal sino, más bien, el deseo ontológico, el deseo de ser, la tendencia del sujeto hacia el ser, la predisposición del sujeto a ser (Braidotti, 2004, p. 40).

O que os clubes estão proporcionando é devolver às pessoas o tempo. Pra estar junto, pra bater papo, jogar conversa fora, pra produzir identificações e articulações. Um tempo que não se converte apenas em conhecimento de si para cuidado de si, mas oportuniza recursos para reinterpretar o mundo.

Considerações finais

Certamente que se analisadas desde os Clubes e da materialidade das trocas, as possibilidades de emancipação econômica da economia solidária são limitadas e seu objetivo figura como um horizonte em grande medida utópico. Nenhuma das mulheres inseridas nos grupos consegue, a partir das trocas, assegurar renda ou recursos suficientes para viver apenas disso. A geração de renda e a emancipação econômica constituiriam uma meta distante que animaria a participação evocando com certa regularidade símbolos do universo religioso, como a terra prometida precedida pelos longos anos de caminhada no deserto, as falas acerca dos sacrifícios pessoais em nome do coletivo são recorrentes apontando nessa mesma direção.

No entanto, a observação dos encontros não deixa dúvidas quanto à secundarização do econômico frente a outros ganhos obtidos com a participação nos grupos. Vale ressaltar que hierarquizar as trocas de maneira que as vantagens econômicas não estejam em primeiro lugar não significa, de forma alguma, que trocar não seja importante. Conforme demonstrado, o momento das trocas é seguramente o mais esperado e quando há maior agitação entre as participantes. Todas comemoram quando conseguem trocar algo que desejavam ou lamentam de alguma forma quando isso não é possível.

Ademais, ainda que do ponto de vista estritamente econômico o que se troca não movimente valores expressivos, que se convertidos em valor de mercado os produtos trocados seriam de baixo custo, há uma espécie de economia da sobrevivência, das necessidades emergenciais, que dá ao pouco que é trocado um lugar importante no cotidiano das participantes:

A trajetória dessas mulheres está marcada pela negação de sua condição como sujeitos capazes de

fazer escolhas, de se pronunciar e decidir autonomamente sobre sua própria vida. O grupo ao propiciar momentos e experiências de reconhecimento de sua cidadania possibilitou, de múltiplas formas, uma espécie de transbordamento dessas experiências para além-grupo.

Os deslocamentos do campo para a cidade, a acesso a equipamentos públicos e a participação em grupos como os clubes de troca, oportunizaram às mulheres em questão primeiramente experiências de estranhamento. O mundo não era do tamanho que haviam dito, era maior, a maternidade e o casamento não precisavam ser o único espaço de realização. O trabalho ganha uma nova dimensão, o que se sabe fazer porque se aprendeu com as mães e avós é um saber que interessa aos demais, tem valor. Do ato de apresentar-se como do lar ao dizer-se artesã há um universo inteiro de novas significações.

Essa experiência de estranhar o novo foi seguida pelo reconhecimento. Ver-se em outras que compartilham de trajetórias similares e que arriscaram outros caminhos inspirou e instigou a reivindicações de si. Pronunciar um novo enunciado sobre si, longe de significar a negação de quem se era, representou a possibilidade de estar nos mesmos lugares de antes, mas ocupando outras posições. Não se pede mais autorização ao marido para sair, deixa-se o almoço pronto, convida-se o marido, e mesmo que ela não acompanhe parte-se.

Reivindicar para si o status de sujeito, como uma tomada de consciência do próprio valor e das próprias necessidades de cuidado, fizeram com que elas retirassem os interditos sobre o belo, o saboroso, o que antes era considerado supérfluo. Seja a roupa bonita para ir à igreja no domingo, o doce para a sobremesa, as bijuterias, tudo está perpassado pela ética do cuidado, de si e dos outros.

A experiência das mulheres nos clubes criaria as condições para a construção de uma noção própria de sujeito, expandindo e ultrapassando as definições linguísticas e jurídicas meramente formais de reconhecimento de suas identidades. Mais que se sentirem representadas na lei, a noção de sujeito que estaria se construindo a partir do grupo seria uma noção para elas próprias e que repercutiria em outras dimensões da vida. O sujeito se constitui não por práticas de dominação (poder) ou técnicas discursivas (saber), mas pelo conjunto de procedimentos necessários para que o indivíduo fixe, mantenha ou transforme sua posicionalidade.

Referencias

- Braidotti, R. (2000). *Sujetos nómades*. Buenos Aires, Argentina: Editorial Paidós.
- Castells, M. (2019). *Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Dawsey, J. (2013). *De que riem os bóias frias? Diários de antropologia e teatro*. São Paulo, Brasil: Terceiro Nome.
- Foucault, M. (2015). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária.
- Lauretis, T. (1994). A tecnologia de gênero. Em H. B. Holanda (Org.), *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Brasil: Rocco.
- Lavinas, L. (2016). É a macroeconomia, idiota! *Estudos Feministas*, 24(2): 621-627.
- Nobre, M. (2016). Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento.

Estudos Feministas, 24(2): 645-652.

Scott, J. W. (1999). Experiência. Em A. Silva, L. Alcione, M. Lago, C.S. Mara e T. Ramos (Orgs.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis, Brasil: Editora Mulheres.

Sennett, R. (2005). *A Corrosão do Caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Brasil: Record.

Sorj, B. (2016). Igualdade de gênero e políticas macroeconômicas. *Estudos Feministas*, 24(2): 617-620.

Enviado: 26/04/2019
Aceptado: 15/10/2019

Cómo citar este artículo:

Machado, M. I. (2019). Mulheres, economia solidária e cuidado: da invisibilização à produção de si. *Otra Economía*, 12(22), 203-219.